

Caderno de Questões

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

TCE **RJ**

ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO

ÁREA DE CONTROLE EXTERNO

Administração em Saúde

04-08-2012



GABARITO - A

LINGUA PORTUGUESA

TEXTO

A POLÍCIA E A VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Miriam Abramovay e Paulo Gentili

Em alguns países, a presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas. A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer proteção às crianças e aos jovens, as principais vítimas da violência. Muros altos, grades imensas, seguranças armados ou policiais patrulhando o interior das escolas parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos: segurança e amparo.

Todavia, os efeitos positivos desse tipo de iniciativa nunca foram demonstrados. Conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública, o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência. Precisamos compreender a origem e as razões da violência no interior do espaço escolar para pensar soluções que não contribuam para aprofundá-las.

Nesse sentido, quando as próprias tarefas de segurança dentro das instituições educacionais são transferidas para pessoas exteriores a elas, cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham são incapazes ou carecem de poder suficiente para resolver os problemas que emergem. Instala-se a ideia de que a visibilidade de uma arma ou a presença policial tem mais potência que o diálogo ou os mecanismos de intervenção que a própria escola pode definir. A medida contribui para aprofundar um vácuo de poder já existente nas relações educacionais, criando um clima de desconfiança entre os que convivem no ambiente escolar.

A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões. Estabelecer os limites da intervenção do agente policial é sempre complexo num espaço que se define por uma especificidade que a polícia desconhece. Nenhuma formação educacional foi oferecida aos policiais que estarão agora dentro das escolas, o que constitui enorme risco. As pesquisas sobre juventude evidenciam um grave problema nas relações entre a polícia e os jovens, particularmente quando eles são pobres, com uma reação de desconfiança e desrespeito promovendo um conflito latente que costuma explodir em situações de alta tensão entre os jovens e a polícia. Reproduzir essa lógica no interior da escola não é recomendável.

A política repressiva não é o caminho para tornar as escolas mais seguras. A escola deve ser um local de proteção e protegido, e a presença da polícia pode ser uma fonte de novos problemas.

Devemos contribuir para que as escolas solucionem seus problemas cotidianos com a principal riqueza que elas têm: sua comunidade de alunos, docentes, diretores e funcionários. Programas de Convivência Escolar e outras alternativas têm demonstrado um enorme potencial para enfrentar a dimensão educacional da violência social. O potencial da escola está na ostentação do saber, do conhecimento, do diálogo e da criatividade. Não das armas.

QUESTÃO 1

“Em alguns países, a presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas”. Nesse primeiro período do texto, deslocou-se o termo “em alguns países” para outras posições na frase; a nova posição que pode ALTERAR o sentido da frase original é:

- A) A presença da polícia dentro das escolas, em alguns países, tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas.
- B) A presença da polícia dentro das escolas tem sido, em alguns países, uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas.
- C) A presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes, em alguns países, para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas.
- D) A presença da polícia, em alguns países, dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas.
- E) A presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas em alguns países.

QUESTÃO 2

Ao dizer que “a presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas”, o autor do texto pretende dizer, com o segmento sublinhado, que essa tem sido uma das formas:

- A) mais atuais;
- B) mais avançadas;
- C) mais frequentes;
- D) mais eficazes;
- E) mais ineficientes.

QUESTÃO 3

Em muitas passagens do texto, o autor constrói frases com o auxílio de formas verbais no infinitivo. Se substituirmos essas formas pelo substantivo cognato correspondente, a única forma INADEQUADA da nova frase é:

- A) “...para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas” / para o enfrentamento da violência das sociedades contemporâneas;
- B) “...parece ser a maneira mais elementar de oferecer proteção às crianças e aos jovens” / parece ser a maneira mais elementar de oferta de proteção às crianças e aos jovens;
- C) “...parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos” / parecem um brinde àquilo que desejamos para nossos filhos;
- D) “Precisamos compreender a origem e as razões das violências” / Precisamos da compreensão da origem e das razões das violências;
- E) “...para pensar soluções que não contribuam para aprofundá-las” / para pensar soluções que não contribuam para o seu aprofundamento.

QUESTÃO 4

“Muros altos, grades imensas, seguranças armados ou policiais patrulhando o interior das escolas parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos: segurança e amparo”. As vírgulas empregadas nesse segmento do texto, justificam-se pela mesma razão das que são empregadas em:

- I. “...com a principal riqueza que elas têm: sua comunidade de alunos, docentes, diretivos e funcionários”.
 - II. “As pesquisas sobre juventude evidenciam um grave problema nas relações entre a polícia e os jovens, particularmente quando eles são pobres, com uma reação de desconfiança...”.
 - III. “A escola deve ser um local de proteção e protegido, e a presença da polícia pode ser uma fonte de novos problemas”.
 - IV. “O potencial da escola está na ostentação do saber, do conhecimento, do diálogo e da criatividade”.
- A) I e II;
B) II e III;
C) III e IV;
D) I e IV;
E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 5

O segundo parágrafo do texto começa com o conectivo “todavia”, que mostra a oposição entre dois elementos do texto. A frase construída abaixo que mostra adequadamente a oposição presente no texto é:

- A) Apesar de a presença da polícia nas escolas ser essa uma medida muito recorrente, os efeitos da medida nunca foram demonstrados.
- B) Embora a presença da polícia no interior das escolas diminua a violência nesse espaço, muros altos e grades imensas podem colaborar na mesma tarefa.
- C) Ainda que os efeitos positivos nunca tenham sido demonstrados, a construção de muros altos e de grades imensas nem sempre traz segurança e amparo.
- D) Policiais no espaço escolar dá segurança, mas essa medida não costuma ser empregada isoladamente.
- E) Mesmo que a segurança nas escolas tenha aumentado, isso não ocorre em função de medidas adotadas até agora.

QUESTÃO 6

“Todavia, os efeitos positivos desse tipo de iniciativa nunca foram demonstrados. Conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública, o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência”.

O segundo período desse fragmento do texto, em relação ao período anterior, funciona como:

- A) causa;
B) consequência;
C) explicação;
D) comparação;
E) modo.

QUESTÃO 7

Se “o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência”, a única medida realmente positiva entre as que estão abaixo é:

- A) programas de convivência escolar;
B) construção de muros e grades;
C) patrulhamento ostensivo no espaço escolar;
D) melhorar a relação entre policiais e jovens;
E) terceirizar as medidas de segurança.

QUESTÃO 8

O segmento do texto em que a forma verbal sublinhada pode também ser empregada, na frase, em número diferente (singular ou plural) é:

- A) “Muros altos, grades imensas, seguranças armados ou policiais patrulhando o interior das escolas parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos: segurança e amparo”.
- B) “Conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública, o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência”.
- C) “Instala-se a ideia de que a visibilidade de uma arma ou a presença policial tem mais potência que o diálogo ou os mecanismos de intervenção que a própria escola pode definir”.
- D) “...cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham são incapazes ou carecem de poder suficiente para resolver os problemas que emergem”.
- E) “Instala-se a ideia de que a visibilidade de uma arma ou a presença policial tem mais tem mais potência...”.

QUESTÃO 9

No terceiro parágrafo do texto, há a menção à medida de contratarem-se pessoas externas à escola para serviços de segurança; entre as consequências dessa medida, segundo o texto, NÃO se inclui:

- A) o descrédito na competência do pessoal escolar;
B) o reconhecimento da falta de poder de decisão da própria escola;
C) a crença na exibição ostensiva de armas como medida de proteção;
D) a confiança na presença do poder policial;
E) a maior confiança no diálogo ou em mecanismos escolares de intervenção.

QUESTÃO 10

Marque o item em que as palavras sublinhadas nas duas frases possuem o mesmo valor semântico:

- A) "...tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência..." / "a visibilidade de uma arma ou a presença policial tem mais potência que o diálogo..."
- B) "Precisamos compreender as origens e a razão das violências no interior do espaço escolar..." / "...para enfrentar a dimensão educacional da violência social".
- C) "Precisamos compreender a origem e a razão das violências no interior do espaço escolar para pensar soluções..." / "...quando as próprias tarefas de segurança dentro das instituições de segurança são transferidas para pessoas exteriores a ela..."
- D) ".. num espaço que se define por uma especificidade..." / "Devemos contribuir para que as escolas solucionem seus problemas..."
- E) "...cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham são incapazes..." / "Estabelecer os limites da intervenção do agente policial é sempre complexo num espaço que se define por uma especificidade..."

QUESTÃO 11

A frase abaixo que apresenta voz verbal diferente das demais é:

- A) "Programas de Convivência Escolar e outras alternativas têm demonstrado um enorme potencial..."
- B) "A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões".
- C) "Instala-se a ideia de que a visibilidade de uma arma ou a presença policial..."
- D) "...quando as próprias tarefas de segurança dentro das instituições educacionais são transferidas para pessoas exteriores a elas..."
- E) "Todavia, os efeitos positivos desse tipo de iniciativa nunca foram demonstrados".

QUESTÃO 12

"Todavia, os efeitos positivos desse tipo de iniciativa nunca foram demonstrados. Conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública, o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência. Precisamos compreender a origem e as razões da violência no interior do espaço escolar para pensar soluções que não contribuam para aprofundá-las".

Sobre a estrutura argumentativa desse parágrafo, pode-se dizer que:

- A) os argumentos apresentados na defesa da tese se localizam no terreno das opiniões pessoais;
- B) a autoridade dos argumentos apresentados está ligada à experiência profissional do autor do texto;
- C) a presença de certos argumentos mostra a necessidade de combaterem-se as causas e não os efeitos da violência;
- D) a opinião do autor é que devemos fazer pesquisas e experiências a fim de não haver o aprofundamento da violência;
- E) segundo o autor, as soluções para os problemas detectados já foram encontradas, mas falta vontade política para aplicá-las.

QUESTÃO 13

"A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer proteção às crianças e aos jovens". Se substituirmos o termo sublinhado por um pronome pessoal oblíquo átono, a forma correta da frase seria:

- A) A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer proteção a elas e a eles.
- B) A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer-lhes proteção.
- C) A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer a eles proteção.
- D) A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer proteção a eles, crianças e jovens.
- E) A proposta parece ser a maneira mais elementar de lhes oferecer proteção às crianças e aos jovens.

QUESTÃO 14

"Nesse sentido, quando as próprias tarefas de segurança dentro das instituições educacionais são transferidas para pessoas exteriores a elas, cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham são incapazes ou carecem de poder suficiente para resolver os problemas que emergem".

Sobre os componentes sublinhados desse fragmento do texto, a única afirmativa EQUIVOCADA é:

- A) o pronome pessoal "elas" se refere às pessoas anteriormente citadas;
- B) a primeira ocorrência da preposição "de" é devida à presença anterior do termo "percepção";
- C) a primeira ocorrência do pronome relativo "que" tem por antecedente "adultos";
- D) a segunda ocorrência do pronome relativo "que" tem por antecedente "problemas";
- E) a segunda ocorrência da preposição "de" é devida à presença anterior do verbo "carecer".

QUESTÃO 15

O título dado ao texto – *a polícia e a violência na escola* – conduz a uma discussão cuja solução é a seguinte:

- A) "A política repressiva não é o caminho para tornar as escolas mais seguras".
- B) "Devemos contribuir para que as escolas solucionem seus problemas cotidianos com a principal riqueza que elas têm: sua comunidade de alunos, docentes, diretivos e funcionários".
- C) "O potencial da escola está na ostentação do saber, do conhecimento, do diálogo e da criatividade".
- D) "A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões".
- E) "Estabelecer os limites da intervenção do agente policial é sempre complexo num espaço que se define por uma especificidade que a polícia desconhece".

QUESTÃO 16

Num comentário sobre o texto lido nesta prova, um leitor do jornal onde *a polícia e a violência na escola* foi publicado escreveu: “Apoio a medida de levar policiais à escola, pois assim os marginais não terão coragem de invadi-la”.

Tal comentário:

- A) apoia a opinião do autor do texto diante do problema discutido;
- B) sugere uma nova medida para solucionar o problema da violência na escola;
- C) contraria a opinião das autoridades policiais;
- D) opõe-se frontalmente à opinião dos autores do texto;
- E) critica as medidas até agora tomadas para combater a violência nas escolas.

QUESTÃO 17

“...a presença da polícia pode ser uma fonte de novos problemas”. O fragmento do texto que NÃO serve de apoio para essa ideia é:

- A) “...quando as próprias tarefas de segurança dentro das instituições educacionais são transferidas para pessoas exteriores a elas, cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham são incapazes...”.
- B) “Instala-se a ideia de que a visibilidade de uma arma ou a presença policial tem mais potência que o diálogo...”.
- C) “A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões”.
- D) “Nenhuma formação educacional foi oferecida aos policiais que estarão agora dentro das escolas,...”.
- E) “Muros altos, grades imensas, seguranças armados ou policiais patrulhando o interior das escolas parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos”.

QUESTÃO 18

Assinale a alternativa em que o valor do tempo verbal sublinhado foi corretamente indicado.

- A) “Em alguns países, a presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes...” / ação encerrada em tempo recente.
- B) “...parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos” / ação habitual no passado.
- C) “Conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública...” / ação que se iniciou no passado e continua no presente.
- D) “A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões” / ação futura que se realizará na dependência de outra ação futura.
- E) “Nenhuma formação educacional foi oferecida aos policiais...” / ação completamente realizada no passado.

QUESTÃO 19

Em todas as alternativas abaixo, foram reescritas frases com a finalidade de eliminar a presença do vocábulo “não”, mas mantendo-se o sentido original do texto. A alternativa em que a reescritura ALTERA o sentido original é:

- A) “...o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência” / o ataque aos efeitos da violência costuma aumentar sua existência.
- B) “...pensar soluções que não contribuam para aprofundá-las” / pensar soluções que sejam indiferentes a seu aprofundamento.
- C) “Reproduzir essa lógica no interior da escola não é recomendável” / Reproduzir essa lógica no interior da escola é desaconselhável.
- D) “A política repressiva não é o caminho para tornar as escolas mais seguras” / para tornar as escolas mais seguras devemos deixar de lado a política repressiva.
- E) “O potencial da escola está na ostentação do saber, do conhecimento, do diálogo e da criatividade. Não das armas”. / A ostentação das armas é o contrário da escola, onde está a ostentação do saber, do conhecimento, do diálogo e da criatividade.

QUESTÃO 20

A alternativa cuja indicação gráfica está corretamente expressa é:

- A) RIQUEZA – o sufixo -EZA forma substantivos abstratos a partir de adjetivos;
- B) CONHECIMENTO – o sufixo -MENTO forma substantivos a partir de adjetivos;
- C) POLICIAL – o sufixo – AL forma adjetivos a partir de verbos;
- D) PROTEÇÃO – o sufixo – ÇÃO forma adjetivos a partir de verbos;
- E) DESCONFIANÇA – o sufixo – ANÇA forma substantivos a partir de adjetivos.

NOÇÕES DE DIREITO

QUESTÃO 21

No que concerne ao tema concurso público, sob o ângulo do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta:

- A) cargos nos quais exista relação de confiança entre nomeante e nomeado devem ser preenchidos regularmente pela via de concurso público;
- B) as Autarquias, por não figurarem na estrutura da Administração Pública direta, estão dispensadas da regra da obrigatoriedade do concurso público para provimento de vagas de servidores;
- C) a contratação para o exercício de serviços típicos de carreira e de cargos permanentes no Estado deve ser por concurso público, excpcionados os casos de contingência fática emergencial;
- D) ante a supremacia do interesse público, são justificáveis a criação e o provimento de cargos públicos com o objetivo de atender demandas sazonais de pesquisa;
- E) a arregimentação de estagiários é alternativa menos onerosa para se cumprir eventual carência de mão de obra no quadro funcional da Administração Pública.

QUESTÃO 22

O ordenamento jurídico brasileiro assegura a incidência de diversos princípios quando do manejo do ato administrativo. No que toca à aplicação do contraditório e da ampla defesa, é correto afirmar que:

- A) a partir da Constituição Federal de 1988, foi erigido à condição de garantia constitucional do cidadão que se encontre na posição de litigante em processo judicial, excluída a posição de mero interessado, o direito ao contraditório e à ampla defesa;
- B) qualquer ato da Administração Pública capaz de repercutir sobre a esfera de interesses do cidadão deve ser precedido de procedimento em que se assegure ao interessado o efetivo exercício do contraditório e da ampla defesa;
- C) à luz do poder de autotutela da Administração Pública, a anulação de ato administrativo cuja formalização tenha repercutido no campo de interesses individuais demanda instauração de procedimento administrativo formal, com obediência aos princípios do contraditório e da ampla defesa;
- D) nos processos perante o Tribunal de Contas da União, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da apreciação de legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão;
- E) viola o princípio da separação dos poderes o controle pelo Poder Judiciário da observância do contraditório e da ampla defesa nos atos administrativos, sem a prévia realização da autotutela pela Administração Pública.

QUESTÃO 23

Sobre o exercício e a fruição do cargo público, é correto afirmar que:

- A) a autoridade julgadora do inquérito administrativo não pode alterar a penalidade imposta ao servidor pela comissão processante;
- B) a portaria é meio juridicamente próprio para promover a alteração de atribuições de cargo público;
- C) os institutos da estabilidade e do estágio probatório são desvinculados, não sendo viável a aplicação do prazo comum de três anos;
- D) não existe direito subjetivo a exercer função no local de domicílio da família, quando prevista, no regulamento do concurso público, a possibilidade de lotação inicial em região diversa;
- E) as vantagens pessoais recebidas antes da entrada em vigor da EC 41/03 se computam para fins de cálculo do teto constitucional.

QUESTÃO 24

No que toca ao tema aplicação da responsabilidade civil do Estado no ordenamento brasileiro, é correto afirmar que:

- A) o lesado pela conduta estatal deve provar a existência da culpa do agente ou do serviço para obter sua reparação;
- B) há possibilidade de verificação de responsabilidade civil do Estado sem a ocorrência de dano;
- C) o lesado pela conduta estatal deve provar a existência denexo causal entre o fato administrativo e o dano;
- D) há possibilidade de verificação de responsabilidade civil do Estado sem a ocorrência de conduta de qualquer das partes;
- E) o lesado pela conduta estatal deve provar a existência de dano hipotético para obter sua reparação.

QUESTÃO 25

Prefeito Municipal de determinada localidade celebra contrato com sociedade empresária, sem prévia licitação, para prestação de serviços de consultoria financeira e orçamentária, com fundamento no art. 25, II, c/c art. 13, III, ambos da Lei nº 8.666/93, alegando inquestionável vantagem para o Município, diante do preço promocional, muito inferior ao de mercado, e a larga e reconhecida experiência do contratado. Sob o ângulo da responsabilidade do gestor público, é correto afirmar que:

- A) a não realização de licitação importa, necessariamente, em configuração de improbidade administrativa, sem prejuízo de outras sanções;
- B) para a configuração da improbidade administrativa, basta a verificação do elemento subjetivo que informa a conduta do agente;
- C) o ato de improbidade não exige, para sua configuração, o efetivo prejuízo ao erário;
- D) ausente dano ao erário e o elemento subjetivo na conduta do agente, não é possível a configuração de improbidade administrativa;
- E) a possibilidade de dano hipotético ou presumido é suficiente para a configuração de ato de improbidade administrativa.

QUESTÃO 26

Determinada servidora anteriormente lotada na Secretaria de Obras e Serviços consegue, no curso de processo administrativo disciplinar (PAD), sua remoção para a Secretaria de Saúde. Em relação à competência disciplinar, é correto afirmar que:

- A) sua redistribuição não desloca a competência, a qual se estabelece com base no critério temporal, independentemente de eventuais modificações de lotação dentro da estrutura da Administração Pública;
- B) sua redistribuição desloca a competência, a qual se estabelece com base no critério funcional, devendo observar eventuais modificações de lotação dentro da estrutura da Administração Pública;
- C) sua redistribuição desloca a competência, a qual se estabelece com base no critério hierárquico, devendo observar eventuais modificações de lotação dentro da estrutura da Administração Pública;
- D) sua redistribuição não desloca a competência, a qual se estabelece com base no critério hierárquico, independentemente de eventuais modificações de lotação dentro da estrutura da Administração Pública;
- E) a promoção da sindicância e do processo administrativo disciplinar cabe ao órgão ou entidade pública ao qual o servidor encontra-se vinculado no momento do julgamento, em razão do princípio da atualidade da função.

QUESTÃO 27

Quanto à exoneração de servidores públicos concursados e nomeados para cargo efetivo, ainda em estágio probatório, é correto afirmar que:

- A) não necessita do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, não sendo necessária a instauração de processo administrativo disciplinar (PAD);
- B) necessita do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, sendo necessária a instauração de processo administrativo disciplinar (PAD);
- C) não necessita do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, contudo se faz necessária a abertura de sindicância, pois a exoneração não tem caráter punitivo;
- D) necessita do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, contudo não se faz necessária a instauração de processo administrativo disciplinar (PAD), admitindo ser suficiente a abertura de sindicância que assegure os princípios referidos;
- E) a ausência de estabilidade, própria da fase de estágio probatório, dispensa a abertura de qualquer procedimento que observe o devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.

QUESTÃO 28

Em 23 de outubro de 2005, o eleitorado brasileiro foi convocado a se manifestar sobre a manutenção ou rejeição da proibição da comercialização de armas de fogo e munição em todo o território nacional. A resposta da soberania popular é feita por meio de:

- A) referendo;
- B) plebiscito;
- C) *recall*;
- D) veto popular;
- E) revocação popular.

QUESTÃO 29

Em 2011, o francês Jean-Luc Picard, após o regular ingresso no país e competente processo de naturalização, adquiriu a nacionalidade brasileira. Ocorre que, uma semana após sua naturalização, autoridades estrangeiras noticiaram seu envolvimento com diversos e graves crimes contra a Administração Pública no seu país de origem, que também são recriminados no Brasil. Para que ele possa ser processado e julgado na França, o processo/procedimento a ser adotado contra Jean-Luc Picard será:

- A) expulsão;
- B) deportação;
- C) banimento;
- D) extradição;
- E) nenhum, pois a pessoa naturalizada não pode ser entregue a outro Estado.

QUESTÃO 30

A natureza da norma constitucional do artigo 5º, inciso XIII, da CRFB (“*é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer*”), é de eficácia:

- A) plena e aplicabilidade imediata;
- B) plena e aplicabilidade mediata;
- C) contida e aplicabilidade imediata;
- D) limitada ou reduzida, definidora de princípio institutivo;
- E) limitada ou reduzida, definidora de princípio programático.

CONTROLE EXTERNO

QUESTÃO 31

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro concluiu pela ilegalidade de ato administrativo praticado pela Secretaria Estadual de Saúde e assinou prazo para que o referido órgão adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. A Secretaria Estadual de Saúde, contudo, não atendeu à determinação do Tribunal de Contas. Nesse caso, competirá ao Tribunal de Contas:

- A) representar à Assembleia Legislativa sobre a ilegalidade apurada, competindo ao Poder Legislativo Estadual a sustação do ato;
- B) anular o ato impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa;
- C) sustar a execução do ato impugnado, comunicando a decisão ao Poder Executivo Estadual;
- D) suspender os efeitos financeiros do ato impugnado, comunicando a decisão à Procuradoria-Geral do Estado;
- E) sustar a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa.

QUESTÃO 32

Sobre o controle exercido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), ao apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal decorrentes de concurso público para provimento de cargos efetivos no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado (ALERJ), é correto afirmar que se trata de:

- A) controle externo, jurisdicional-administrativo e concomitante;
- B) controle externo, legislativo e prévio;
- C) controle interno, parlamentar e posterior;
- D) controle externo, para fins de registro e posterior;
- E) controle interno, administrativo e posterior.

QUESTÃO 33

Facilmente podemos constatar, nos dias atuais, que não existe país democrático sem um órgão de controle com a missão de fiscalizar a boa gestão do dinheiro público (CITADINI, Antônio Roque. “*O controle externo da Administração Pública*”. São Paulo: Max Limonad, 1995). Sobre o sistema de controle externo da Administração Pública adotado pela Constituição vigente, é correto afirmar:

- A) a Controladoria-Geral da União-CGU é órgão de controle externo e caracteriza, em âmbito federal, a adoção do sistema (modelo) de controle anglo-saxão de Auditoria-Geral (ou Controladoria);
- B) em âmbito federal, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, órgão unipessoal (singular) e subordinado ao Poder Legislativo;
- C) os Tribunais de Contas são órgãos colegiados, dotados de autonomia administrativa e financeira, integrados por ministros ou conselheiros vitalícios e incumbidos de auxiliar o controle externo a cargo do Poder Legislativo;
- D) no Distrito Federal e nos Estados, a existência de Tribunais de Contas será facultativa;
- E) a Constituição da República, ao proibir a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas pelos Municípios (art. 31, §4º), também vedou que os Estados criem, como órgãos integrantes da estrutura estadual, Tribunais de Contas ou Conselhos com jurisdição sobre a totalidade das contas dos municípios existentes em seus limites territoriais.

QUESTÃO 34

Sobre a disciplina do Controle Interno na Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar:

- A) em âmbito federal, a instituição de um sistema de controle interno é incumbência exclusiva do Poder Executivo;
- B) a aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno vinculará o Tribunal de Contas;
- C) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade subsidiária;
- D) será facultativa a instalação de sistema de controle interno em âmbito Estadual e Municipal;
- E) em âmbito federal, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

QUESTÃO 35

A apreciação das contas do Executivo é procedimento jurídico-constitucional composto, que exige a integração de procedimentos ocorrentes tanto no interior do Tribunal de Contas (técnico-opinativo) quanto no legislativo competente para julgá-las (avaliação política). Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- A) o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas da União sobre as contas que o Presidente da República deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados;
- B) o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas da União sobre as contas que o Presidente da República deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros do Congresso Nacional;
- C) o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Governador do Estado deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Assembleia Legislativa;
- D) o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa do Estado;
- E) o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou pelo Tribunal de Contas do Município, onde houver, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

LEGISLAÇÃO BÁSICA (aplicável ao TCE – RJ)

QUESTÃO 36

O responsável por bens em almoxarifado na Secretaria Estadual de Saúde remeteu ao Tribunal de Contas, tempestivamente, prestação de contas por término do exercício financeiro. O exame final da prestação de contas pelo TCE-RJ revelou falta de natureza formal e que não conduz à produção de dano ao erário, não sendo caso de reincidência por parte do responsável. Nesse caso, as contas serão julgadas:

- A) regulares, e o Tribunal de Contas dará quitação plena ao responsável;
- B) irregulares, e o Tribunal de Contas, no entanto, não imporá multa ao responsável;
- C) irregulares, e o Tribunal de Contas determinará ao responsável, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas;
- D) regulares com ressalva, e o Tribunal de Contas dará quitação plena ao responsável e determinará ao responsável, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas;
- E) regulares com ressalva, e o Tribunal de Contas dará quitação ao responsável e lhe determinará, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes.

QUESTÃO 37

Nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 63/90 (e suas alterações), é correto afirmar sobre o julgamento das contas pelo TCE-RJ:

- A) após o trancamento das contas consideradas iliquidáveis e arquivado o processo correspondente, o Tribunal poderá, a qualquer tempo, à vista de novos elementos que considere suficientes, autorizar o desarquivamento do processo e determinar que se ultime a respectiva prestação ou tomada de contas;
- B) diz-se provisória a decisão pela qual o Tribunal, antes de pronunciar-se quanto ao mérito das contas, resolve sobrestar o julgamento e determinar diligências necessárias ao saneamento do processo;
- C) o Tribunal poderá julgar irregulares as contas no caso de reincidência do descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, feita em processo de prestação ou tomada de contas anterior;
- D) não havendo débito, mas comprovada a ocorrência de grave infração a norma legal ou regulamentar de natureza financeira, o Tribunal julgará as contas irregulares, vedada a imposição de multa ao responsável;
- E) o julgamento de irregularidade das contas dependerá da efetiva comprovação de injustificado dano ao erário.

QUESTÃO 38

Sobre os recursos e a competência recursal no âmbito do Tribunal de Contas do Estado, nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 63/90 (e suas alterações), é correto afirmar:

- A) caberá agravo das decisões interlocutórias proferidas pelo Conselheiro-Relator em processos de prestação ou tomada de contas, sem efeito suspensivo e no prazo de 5 (cinco) dias;
- B) o Tribunal de Contas da União é competente para julgar recurso de revisão da decisão do Tribunal de Contas do Estado que contrariar ou negar vigência a lei federal;
- C) o efeito suspensivo, em razão de recurso de decisão do Tribunal, que concluir pela nulidade de edital de licitação, possibilitará o prosseguimento do processo licitatório;
- D) os embargos de declaração, opostos, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, suspendem os prazos para cumprimento da decisão embargada e para interposição do pedido de reconsideração;
- E) o recurso de reconsideração terá efeito suspensivo e poderá ser formulado, uma só vez, por escrito, dentro do prazo de 15 (quinze) dias.

QUESTÃO 39

Nos termos da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, compete ao Tribunal de Contas do Estado:

- A) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento;
- B) julgar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e proceder à tomada de contas, quando não apresentadas dentro de sessenta dias, após a abertura da Sessão Legislativa;
- C) fixar para cada exercício a remuneração do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado;
- D) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos dos três poderes, da administração direta e indireta, incluídas as empresas públicas, autarquias, sociedades de economia mista e as fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Estadual;
- E) autorizar previamente alienação, a título oneroso, de bens do Estado.

QUESTÃO 40

Sobre a Lei Estadual nº 4.787/2006 (e suas alterações), que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreiras do TCE-RJ, é correto afirmar que:

- A) compete ao Analista – Área Organizacional executar inspeções e auditorias a cargo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;
- B) compete ao Analista - Área de Controle Externo substituir os Conselheiros em suas faltas e impedimentos, bem como nos casos de vaga, nas hipóteses e na forma prevista no Regimento Interno do Tribunal de Contas;
- C) compete ao Analista – Área Organizacional emitir parecer das contas, atos e demais procedimentos sujeitos à apreciação, registro ou julgamento pelo Tribunal de Contas;
- D) compete ao Analista – Área de Controle externo julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, proferindo decisão provisória que poderá ser objeto de recurso endereçado ao Plenário do Tribunal de Contas;
- E) é vedado aos ocupantes dos cargos de Analista – Área de Controle Externo exercer atividade político-partidária, ressalvada a filiação e o direito de afastar-se para exercer cargo eletivo ou a ele concorrer.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 41

“Em um terreno inclinado, distante quinhentos metros da enseada e trinta metros acima do mar, foram construídos os pavilhões destinados a abrigar os passageiros de primeira e segunda classes. Havia quatro prédios, dispostos dois a dois e interligados no centro por um quinto, construído perpendicularmente aos demais. Os edifícios eram luxuosos, tinham aberturas na parte superior para circulação do ar e foram construídos de forma que nenhum deles tivesse comunicação com os demais. Os dois blocos localizados à esquerda, situados em um plano mais alto e de um só pavimento, eram destinados à primeira classe. Possuíam 16 quartos e cada um destes podia acomodar até três pessoas. Nos extremos dos corredores havia banheiros, uma sala e uma varanda comuns, além de quartos para os empregados. Em um plano mais baixo e à direita, edifícios de dois andares e com quartos menores destinavam-se aos passageiros de segunda classe. Eles também possuíam banheiros, sala e varanda comuns nos extremos do corredor, mas podiam abrigar quatro vezes mais pessoas. No corpo central, que unia os quatro prédios, foram instaladas quatro cozinhas no primeiro piso e quatro refeitórios no segundo. Cada conjunto de cozinha e refeitório destinava-se a um pavilhão, de modo a impedir o contato dos internos até mesmo por ocasião das refeições. Havia ainda um edifício que abrigava a enfermaria e outro, o almoxarifado.”

Fonte: Sepúlveda dos Santos, M Lazareto da Ilha Grande: isolamento, aprisionamento e vigilância nas áreas de saúde e política (1884-1942). Hist. cienc. saude-Manguinhos vol.14 no.4 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2007

O texto descreve estrutura e processos de uma das primeiras iniciativas do Estado Brasileiro, qual seja:

- A) o controle da saída de alimentos para a Europa;
- B) o controle de epidemias, através de quarentena, para os que chegavam ao país em navios;
- C) o estabelecimento de processos de cuidado em saúde que protegessem os interesses comerciais antagônicos na disputa de classes;
- D) o plano para a construção de sanatórios para controle da tuberculose;
- E) o controle de saída de brasileiros para o exterior, uma exigência das potências imperialistas.

QUESTÃO 42

A Fundação Nacional de Saúde faz em sua página na rede um registro da história da saúde pública no Brasil:

<http://www.funasa.gov.br/internet/museuCronHis.asp>

Em 1904, uma epidemia de varíola assolou a capital. Somente nos cinco primeiros meses, 1.800 pessoas foram internadas no Hospital São Sebastião. Embora uma lei prevendo imunização compulsória das crianças contra a doença estivesse em vigor desde 1837, ela nunca fora cumprida. Assim, a 29 de junho de 1904, o Governo enviou ao Congresso projeto reinstaurando a obrigatoriedade de vacinação antivariólica.

Esses eventos marcam a Saúde Pública no Brasil porque:

- A) deram origem, à lei e às medidas, na Saúde Pública, de obrigatoriedade de vacinação em vigor até os dias de hoje;
- B) revelaram o fracasso dessa iniciativa sanitária, motivando uma alteração significativa na legislação da Saúde Pública em vigor;
- C) impulsionaram as ações do Estado para controle da Saúde Pública através de intervenções urbanas e sanitárias;
- D) resultaram no movimento conhecido como Reforma Sanitária;
- E) integram a história da Revolta da Vacina, quando a vacinação foi suspensa pelo clamor popular, sem que o governo tenha conseguido controlar a situação e, conseqüentemente, sem melhoria das condições sanitárias.

QUESTÃO 43

A Lei Eloy Chaves, promulgada em 1923, criou a caixa de Pensões e Aposentadorias dos Ferroviários. O significado histórico dessa medida é:

- A) irrelevante, considerando que nunca foi efetivamente operacionalizada;
- B) irrelevante, porque a lei foi imediatamente combatida e alterada pelos agroexportadores;
- C) irrelevante, porque os próprios ferroviários foram contra a medida, que acarretava descontos em seu pagamento, e, com isso, o sistema não funcionou;
- D) relevante, em especial porque os ferroviários faziam parte da classe de trabalhadores menos favorecida da época;
- E) relevante, pois representa a primeira etapa da história do modelo previdenciário no país.

QUESTÃO 44

O Plano de Pronta Ação (PPA), criado na década de 70, foi uma resposta da Previdência Social aos casos de omissão em serviços de pronto-atendimento. Essa afirmativa está:

- A) incorreta, porque serviços de pronto-atendimento sempre forneceram cobertura para toda a população;
- B) incorreta, porque o PPA foi um plano voltado para a integração do Ministério da Previdência e Assistência Social com o Ministério da Saúde na época do “milagre econômico”;
- C) incorreta, porque o PPA tinha o objetivo de coordenar as áreas de atenção do Ministério da Saúde nos níveis estaduais e municipais em todo o país;
- D) correta, porque os profissionais responsáveis pela omissão de atendimento eram prontamente punidos;
- E) correta, porque esse foi um dos primeiros passos do sistema de saúde rumo à universalização do cuidado.

QUESTÃO 45

O projeto que reforça no SUS o movimento da gestão pública por resultados, estabelecendo um conjunto de compromissos sanitários considerados prioritários, pactuado de forma tripartite, a ser implementado pelos entes federados, é conhecido como:

- A) Pacto pela Vida;
- B) Plano da Comissão Tripartite;
- C) Plano do Conselho Nacional de Saúde;
- D) Promoção Pactuada e Integrada (PPI);
- E) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

QUESTÃO 46

A comparação das pirâmides etárias da população brasileira entre 1978 e 2006 (figuras abaixo) tem como principal conclusão:



Source: U.S. Census Bureau, International Data Base.

- A) maior longevidade dos homens;
- B) diminuição da fecundidade;
- C) diminuição da mortalidade infantil;
- D) diminuição das doenças infecciosas;
- E) envelhecimento populacional.

QUESTÃO 47

A tabela abaixo foi publicada na Revista Brasileira de Saúde Materno. Infantil, Recife, 7 (4): 397-403, out. / dez., 2007.

Tabela 1

Valores absolutos, taxas e razões de prevalência brutas (RP_b) de cesariana para as variáveis maternas e do recém-nascido em primíparas com gravidez única e parto hospitalar. Santa Catarina, 2000 a 2004.

Variáveis	2000			2001			2002			2003			2004		
	n	taxa %	RP _b	n	taxa %	RP _b	n	taxa %	RP _b	n	taxa %	RP _b	n	taxa %	RP _b
Idade mãe (anos)															
<20**	9816	30,4	1,00	9839	32,3	1,00	9193	32,5	1,00	8818	36,0	1,00	8755	36,0	1,00
20-34**	14.380	50,5	1,66	14.127	51,9	1,61	14.370	53,8	1,66	14.652	55,2	1,54	15.447	57,2	1,59
≥35**	681	77,2	2,54	718	72,4	2,24	711	77,5	2,39	795	77,5	2,15	828	80,1	2,23
		*<0,01			*<0,01			*<0,01			*<0,01			*<0,01	
Escolaridade mãe (anos)															
0-3**	1726	33,9	1,00	1594	35,0	1,00	1236	36,8	1,00	914	45,6	1,00	847	44,5	1,00
4 a 7**	9536	36,0	1,06	8815	37,3	1,07	8546	38,1	1,04	7652	40,2	0,88	6744	41,8	0,94
8 a 11**	9588	45,2	1,33	9889	46,1	1,32	10.103	46,8	1,27	10.962	47,9	1,05	12.318	48,7	1,09
≥12**	3722	61,6	1,82	4032	62,0	1,77	4199	65,2	1,77	4544	66,9	1,47	4979	68,0	1,53
		*<0,01			*<0,01			*<0,01			*<0,01			*<0,01	
Consultas pré-natal															
0-6**	12.180	34,4	1,00	11.410	35,4	1,00	9970	36,4	1,00	9314	40,4	1,00	8773	41,8	1,00
≥7**	12.318	52,2	1,52	12.966	52,8	1,49	14.252	53,1	1,44	14.716	54,3	1,34	16.013	55,4	1,33
		*<0,01			*<0,01			*<0,01			*<0,01			*<0,01	
Idade gestacional (semanas)															
37-41	22.880	43,3	1,00	22.973	44,3	1,00	22.683	46,1	1,00	22.619	48,6	1,00	23.291	50,5	1,00
≥42**	1538	43,3	1,00	1477	46,3	1,05	1414	49,7	1,08	1449	51,0	1,05	1528	51,7	1,02
		*0,06			*<0,01			*<0,01			*<0,01			*0,17	
Etnia - cor da pele															
Branca**	23.811	43,4	1,00	23.610	45,1	1,00	23.403	46,7	1,00	23.368	49,4	1,00	24.075	51,0	1,00
Indígena	53	33,9	0,78ns	70	38,6	0,85ns	48	35,4	0,76ns	51	29,4	0,60ns	55	30,9	0,61ns
Parde	368	34,2	0,79	412	31,1	0,69	348	35,3	0,76	400	33,5	0,68	424	36,1	0,71
Amarela	16	37,9	0,87ns	18	38,9	0,86ns	14	50,0	1,07ns	8	62,5	1,27ns	13	30,8	0,60ns
Preta	483	43,7	1,01ns	475	39,8	0,88ns	429	43,4	0,93ns	375	41,9	0,85ns	374	45,2	0,89ns
Não branca	920	36,3	0,84	975	36,0	0,80	839	39,7	0,85	834	37,3	0,76	866	39,6	0,78
		*<0,01			*<0,01			*<0,01			*<0,01			*<0,01	
Total	24.889	43,3		24.685	44,7		24.315	46,4		24.294	48,9		25.022	50,6	

Os dados não foram obtidos nos seguintes percentuais conforme as variáveis: idade materna (1%); escolaridade materna (2,2 %); idade gestacional (0,8%); pré-natal (2,3%) e etnia/cor da pele do recém-nascido (1,1%); *qui-quadrado: valor de p para homogeneidade das taxas de cesariana; ** qui-quadrado para tendência linear no período p<0,001; ns: estatisticamente não significativa quando o intervalo de confiança de 95% para a RP_b incluía a unidade.

Em relação aos dados apresentados, é correto afirmar que:

- A) as melhores práticas de assistência são encontradas no caso de mães de elevado nível socioeconômico;
- B) as discrepâncias observadas nas taxas não podem ser explicadas exclusivamente por questões técnicas;
- C) o pré-natal com pelo menos 7 consultas está relacionado à menor taxa de cesarianas;
- D) a idade das mães não influenciou os resultados;
- E) os dados apresentados não são significativos estatisticamente.

QUESTÃO 48

A alternativa que melhor descreve as relações entre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) é:

- A) a Lei Orçamentária Anual (LOA) é o ponto de partida para as metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o que permite a configuração do Plano Plurianual (PPA);
- B) o Plano Plurianual (PPA) determina, para um período definido por cada município com gestão plena, metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), implementadas pela Lei Orçamentária Anual (LOA);
- C) o Plano Plurianual (PPA) estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública; a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) orienta na elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), enquanto esta última traz a previsão da receita e fixa a despesa;
- D) as relações entre o Plano e as Leis são determinadas em cada estado e município pela comissão bipartite de cada região;
- E) não existe uma relação direta entre o Plano e as leis mencionadas porque o período de validade de cada etapa é diferente.

QUESTÃO 49

No Contrato Organizativo de Ação Pública - COAP, com base no Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, os entes signatários assumem, conjuntamente, o compromisso de organizar de maneira compartilhada as ações e os serviços de saúde na Região de Saúde, respeitadas as autonomias federativas e com a finalidade de garantir a integralidade da assistência à saúde para conformar o Sistema Único de Saúde (SUS) com foco no cidadão. Para acompanhamento do COAP, os indicadores utilizados são:

- A) especificados para cada região do país;
- B) padronizados para todo o território nacional;
- C) universais, específicos e complementares;
- D) determinados pelos conselhos estaduais de saúde;
- E) determinados pelos órgãos de controle social.

QUESTÃO 50

Um cidadão brasileiro, com doença hepática avançada, foi retirado da lista de espera do transplante de acordo com critérios padronizados pela equipe de saúde. O cidadão entrou com um recurso judicial para permanecer incluído na lista, e a decisão judicial foi favorável ao recurso. Considerando os princípios do SUS, esta decisão está:

- A) incorreta, porque interfere no princípio da equidade;
- B) correta, porque a Constituição garante a todo cidadão o direito a tratamento;
- C) correta, porque os princípios do SUS estão sujeitos a alteração por decisão judicial;
- D) correta, porque decisão judicial não é passível de discussão;
- E) incorreta, porque interfere no princípio da hierarquização.

QUESTÃO 51

A situação epidemiológica do Brasil é caracterizada por:

- A) predomínio de doenças crônicas semelhante ao dos países desenvolvidos;
- B) dupla carga de doenças;
- C) predomínio de doenças infectocontagiosas, característico de países em desenvolvimento;
- D) dados insuficientes para defini-la;
- E) diminuição dos casos de neoplasias malignas.

QUESTÃO 52

A principal causa de mortalidade no Brasil está relacionada com:

- A) doenças cardiovasculares;
- B) neoplasias malignas;
- C) doenças infectocontagiosas;
- D) mortalidade infantil;
- E) causas externas.

QUESTÃO 53

As medidas de dispersão ou variabilidade permitem visualizar a maneira como os dados se espalham ou se concentram em torno do valor central. São medidas de dispersão somente:

- A) amplitude total, variância e desvio padrão;
- B) variância, desvio padrão e moda;
- C) amplitude total e mediana;
- D) desvio padrão e moda;
- E) variância e mediana.

QUESTÃO 54

Numa análise de resultados de um ensaio clínico, considerou-se a possibilidade de o teste de hipóteses ter sido influenciado por um erro do tipo II. Nesses casos:

- A) pode-se avaliar o aumento da amostra;
- B) deve-se refazer todo o estudo;
- C) é necessário refazer apenas o teste de hipóteses;
- D) não é possível concluir uma análise com um simples teste de hipóteses;
- E) o teste de hipóteses não é influenciado por erros.

QUESTÃO 55

Um resultado de ensaio clínico é considerado estatisticamente significativo quando as diferenças encontradas no estudo são grandes o suficiente para não serem atribuídas ao acaso. Obtido um resultado estatisticamente significativo, o próximo passo seria:

- A) a utilização imediata dos resultados na prática clínica;
- B) a definição precisa do tamanho amostral que constituiria o acaso nesse estudo;
- C) a realização de auditoria externa para liberação comercial do produto;
- D) a análise de custo-efetividade;
- E) a determinação da relevância clínica dos resultados.

QUESTÃO 56

Um exemplo de variável discreta é:

- A) peso;
- B) gênero;
- C) número de filhos;
- D) pressão arterial;
- E) glicemia.

QUESTÃO 57

A Política de Regulação do Brasil na saúde:

- A) é definida pelo CONASEMS - CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE - para distribuição de verbas para os gestores, após uma rodada de encontros regulatórios;
- B) é pactuada após a auditoria do DENASUS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE AUDITORIA, com a produção de cada região, operacionalizando a integração da assistência;
- C) é definida por normas do Ministério da Saúde para garantir o fluxo da oferta e possibilitar a resposta mais adequada às necessidades do cidadão, integrando diferentes níveis de assistência;
- D) é definida pelo DCAA - DEPARTAMENTO DE CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA de acordo com o porte de cada município;
- E) é definida por normas do Ministério da Saúde, depois da Avaliação dos Serviços de Saúde dos três níveis de atenção nos últimos 5 anos, através da Programação Pactuada e Integrada (PPI), integrando diferentes níveis de assistência.

QUESTÃO 58

A Regulação da Atenção à Saúde é aplicada para prestadores:

- A) públicos;
- B) privados;
- C) públicos e privados;
- D) relacionados ao Pacto pela Saúde;
- E) do Programa de Saúde da Família em relação aos hospitais do Sistema de Internações Hospitalares (SIH).

QUESTÃO 59

Uma das formas de produzir a atenção integral à saúde é o desenho das linhas de cuidado. Estas representam uma estratégia que permite a condução desimpedida e oportuna dos usuários pelas possibilidades de prevenção, diagnóstica e terapêutica, em resposta às suas necessidades. As linhas de cuidado devem garantir às pessoas a produção articulada de ações de atenção, em um fluxo ágil e desembaraçado em cada nível e entre estes, garantindo a referência e a contrarreferência responsáveis, até a recuperação ou ganhos de autonomia no modo de viver daqueles indivíduos.

O que se diz acima descreve uma proposta que depende primariamente de:

- A) mais recursos para a saúde;
- B) regulação;
- C) privatização dos níveis de atenção não cobertos pelo SUS;
- D) pactuação nos três níveis através da regionalização;
- E) tecnologia da informação.

QUESTÃO 60

Na história natural das doenças existe um período chamado “pré-patogênico”, em que a Prevenção Primária pode evitar o aparecimento da doença. Nesse contexto, sabe-se que:

- A) a prevenção é sempre primária;
- B) o diagnóstico precoce constitui uma forma de Promoção a Saúde;
- C) a Prevenção Primária está fora do alcance de países em desenvolvimento;
- D) as Secretarias de Obras Municipais não têm qualquer relação com a Prevenção Primária;
- E) a Prevenção Primária tem uma dimensão de Promoção a Saúde e outra de Proteção Específica.

QUESTÃO 61

A sensibilidade de um teste diagnóstico avalia a:

- A) proporção de testes positivos entre as pessoas doentes;
- B) proporção de testes negativos entre os saudáveis;
- C) proporção de testes negativos entre os doentes;
- D) proporção de testes positivos entre os saudáveis;
- E) capacidade de identificar os verdadeiramente doentes na população.

QUESTÃO 62

O “Número Necessário Para Tratar”:

- A) é estimado pelo inverso da redução absoluta de risco;
- B) é estimado pela multiplicação dos pacientes pelo custo do tratamento;
- C) são os recursos de investimento relacionados à proteção específica de cada doença;
- D) é aplicado em estados e municípios regulados pelo Ministério da Saúde;
- E) é um dado estatístico de baixa relevância clínica.

QUESTÃO 63

A Vigilância Epidemiológica deve cobrir as doenças:

- A) transmissíveis;
- B) transmissíveis e não transmissíveis;
- C) transmissíveis, não transmissíveis e do trabalho;
- D) transmissíveis e do trabalho;
- E) não transmissíveis e do trabalho.

QUESTÃO 64

Apoio Matricial Especializado é:

- A) uma articulação de recursos para resolução de casos complexos;
- B) uma articulação de recursos da atenção básica;
- C) uma articulação relacionada com a política nacional de urgência e emergência;
- D) uma regulação entre Consórcios Municipais;
- E) um método epidemiológico tradicional.

QUESTÃO 65

O método de apuração de custos hospitalares derivado dos princípios contábeis tradicionais, em que todos os recursos utilizados na produção são distribuídos para todos os produtos, é conhecido como custeio:

- A) direto;
- B) por absorção;
- C) total;
- D) variável;
- E) fixo.

QUESTÃO 66

O Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB foi implantado em 1998 em substituição ao Sistema de Informação do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - SIPACS, pela então Coordenação da Saúde da Comunidade/Secretaria de Assistência à Saúde, hoje Departamento de Atenção Básica/Secretaria de Atenção à Saúde, em conjunto com o Departamento de Informação e Informática do SUS/Datasus/SE, para o acompanhamento das ações e dos resultados das atividades realizadas pelas equipes do **Programa Saúde da Família - PSF**.

As informações do SIAB incluem:

- A) produção e composição das equipes de saúde, registro populacional de câncer;
- B) cadastros de famílias, condições de moradia e saneamento, situação de saúde, composição das equipes de saúde;
- C) situação de saúde, registro populacional de câncer;
- D) investimentos na Atenção Básica, cadastro dos estabelecimentos de saúde;
- E) dados sobre mortalidade, internações e faturamento.

QUESTÃO 67

Sobre o Sistema de Informações em Mortalidade, sabe-se que:

- A) tem a confiabilidade comprometida pela falta de padronização das declarações de óbito;
- B) os dados dependem dos registros médicos e não podem ser alterados por profissionais administrativos;
- C) a inclusão dos dados é de atribuição do Ministério da Saúde;
- D) depende da descentralização efetiva para ter mais qualidade;
- E) funciona automaticamente a partir dos cartórios.

QUESTÃO 68

Os agravos incluídos no Sistema de Informações sobre Agravos de Notificação - SINAN são:

- A) substrato para análise antes de repasse de recursos;
- B) determinados em todo o território nacional em lista publicada pelo Ministério da Saúde;
- C) notificados nos sistemas públicos de saúde;
- D) notificados após diagnóstico;
- E) opcionais, dada a ausência de legislação específica que os torne obrigatórios.

QUESTÃO 69

Um método utilizado pelo SIH/SUS –Sistema de Informação de Internações Hospitalares do SUS para determinar a validade da Autorização de Internação Hospitalar é:

- A) consultar os respectivos Conselhos Regionais de Medicina sobre os registros do médico que preencheu a AIH;
- B) manter uma auditoria para autorização prévia nas unidades hospitalares;
- C) comparar o código utilizado com a especialidade do médico que fez o registro;
- D) cruzar as informações com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);
- E) receber laudos e imagens que comprovem o diagnóstico e o tratamento.

QUESTÃO 70

O Relatório Anual de Gestão tem um fluxo que garante o controle social porque precisa de aprovação prévia:

- A) do respectivo Conselho de Saúde;
- B) do Legislativo responsável pelo relatório;
- C) a cada 4 anos pelo Conselho Distrital de Saúde;
- D) do Plano Municipal de Saúde;
- E) da Coordenação de Área Programática correspondente.

QUESTÃO 71

Considere a Resolução nº 01, de 29 de setembro de 2011 reproduzida a seguir:

Estabelece diretrizes gerais para a instituição de Regiões de Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos do Decreto Nº 7.508, de 28 de junho de 2011. A COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 4º do Decreto Nº 7.508, de 28 de junho de 2011, e considerando a deliberação ocorrida em 29 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º Esta Resolução estabelece diretrizes gerais para a instituição de Regiões de Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos do Decreto Nº 7.508, de 28 de junho de 2011.

Art. 2º As Regiões de Saúde serão instituídas pelos Estados em articulação com os Municípios, nos termos do disposto no Decreto Nº 7.508, de 2011, e conforme o disposto nesta Resolução.

§ 1º Considera-se Região de Saúde o espaço geográfico contínuo constituído por agrupamento de Municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde.

§ 2º As Regiões de Saúde interestaduais, compostas por Municípios limítrofes de mais de um estado, serão instituídas por ato conjunto dos respectivos estados em articulação com os municípios.

A afirmativa que complementa a Resolução é:

- A) cada Região de Saúde deve ser aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;
- B) cada município só pode pertencer a uma região;
- C) as ações de saúde em cada Região são de atribuição do Ministério da Saúde;
- D) cada região precisa ser incluída na LOA;
- E) cada região precisa estar dentro do mesmo estado da Federação.

QUESTÃO 72

O Pacto pela Saúde no biênio 2010-2011 tinha como prioridades, entre outras, a atenção à saúde do idoso, o controle do câncer de colo de útero e:

- A) o controle de hipertensão arterial;
- B) o controle do diabetes mellitus;
- C) a saúde do trabalhador;
- D) a atenção integral a pessoas em risco de pobreza;
- E) o fortalecimento do atendimento terciário.

QUESTÃO 73

De acordo com a inteligência do artigo 36 da lei Federal 8.080/90, o planejamento do SUS deve ser:

- A) ascendente, do nível local até o federal;
- B) transversal, considerada a Comissão Tripartite;
- C) transversal, considerada a Comissão Bipartite;
- D) descendente, segundo a formulação das Políticas do Ministério da Saúde;
- E) dependente do Plano de Saúde.

QUESTÃO 74

Segundo as recomendações de Planejamento do SUS, o Plano Plurianual e o Plano de Saúde têm sua periodicidade:

- A) coincidente a cada 4 anos;
- B) de acordo com a Comissão Bipartite;
- C) o Plano Plurianual, a cada 4 anos, e o Plano de Saúde, anualmente;
- D) coincidente a cada 2 anos;
- E) independente.

QUESTÃO 75

Ao utilizarem, para cumprir o seu papel, as Organizações Sociais em processos inerentes à gestão de saúde, os gestores públicos agem de forma:

- A) correta, tendo em vista que esse item está previsto na Participação Complementar do SUS;
- B) correta, quando essa utilização faz parte do Plano de Saúde;
- C) incorreta, porque a Comissão Bipartite não aprovou a demanda no Relatório Anual de Gestão;
- D) correta, quando aprovada pelo Conselho de Saúde;
- E) incorreta, porque a Lei 8.080/90 é explícita em relação a essa proibição.

QUESTÃO 76

A PORTARIA Nº 2.982 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009 aprova as normas de execução e de financiamento da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica e determina que:

- A) cada município determinará os medicamentos que serão financiados;
- B) devem ser atendidos os agravos prevalentes e prioritários;
- C) estão excluídos medicamentos fitoterápicos e homeopáticos;
- D) os medicamentos serão integralmente financiados pelo Governo Federal;
- E) estão excluídos medicamentos de combate ao tabagismo.

QUESTÃO 77

Folha de S.Paulo 18/11/2006 - 15h56

Lula diz que intervenção federal no Rio provocou “briga desnecessária”

Após devolver a gestão plena sobre o SUS (Sistema Único de Saúde) à prefeitura do Rio de Janeiro, Lula afirmou que a intervenção federal em seis hospitais no ano passado provocou “uma briga desnecessária”.

Quando há uma intervenção federal, a gestão municipal passa a ser:

- A) participativa e ascendente, segundo o Plano de Saúde;
- B) de responsabilidade da Câmara de Vereadores;
- C) pactuada nos três níveis, segundo a Comissão Tripartite;
- D) de responsabilidade do Estado;
- E) de responsabilidade do Governo Federal.

QUESTÃO 78

Em relação ao financiamento das ações relacionadas à Política Nacional de Urgência e Emergência, é correto afirmar que:

- A) é de responsabilidade do gestor municipal, segundo as atribuições vigentes no Plano Municipal de Saúde, pactuadas pela Comissão Bipartite;
- B) é determinado pela relação entre o pactuado pela LOA do ano anterior, de acordo com o Relatório Anual de Gestão, aprovado pelo Conselho de Saúde;
- C) é efetuado pelo Fundo Nacional de Saúde para os respectivos fundos, sem onerar os tetos financeiros da assistência ambulatorial;
- D) é variável no território nacional, dependendo das condições de hierarquização e regionalização;
- E) deve estar previsto no Plano Municipal de Saúde de acordo com a determinação do gestor federal em relação ao Pacto pela Vida.

QUESTÃO 79

Quanto aos recursos humanos envolvidos com a Política Nacional de Urgência e Emergência, é correto afirmar que:

- A) podem ser contratados a partir de Organizações Sociais sem fins lucrativos;
- B) podem ser escolhidos por meio de seleção com qualificação padronizada pelo Ministério da Saúde antes da contratação a partir de Organizações Sociais sem fins lucrativos;
- C) nenhuma forma de contratação precária é aceita pela Política Nacional de Urgência e Emergência;
- D) podem ser contratados a partir de Organizações Sociais sem fins lucrativos quando a Câmara de Vereadores assim determinar, num município com gestão plena;
- E) só podem ser contratados pelas Organizações Sociais sem fins lucrativos quando previsto no Plano de Saúde, aprovado pelo Conselho de Saúde.

QUESTÃO 80

O SIOPS – Sistema de Informação do Orçamento Público em Saúde:

- A) não leva em consideração a participação no orçamento, segundo a Emenda 29/2000;
- B) contém o indicador Despesa “per capita” (por habitante) com Saúde;
- C) não leva em consideração a Receita com Impostos na Receita Total;
- D) contém restrições de acesso às informações, por questões de segurança;
- E) tem sua utilização condicionada pela adesão ao Pacto pela Vida.

QUESTÃO 81

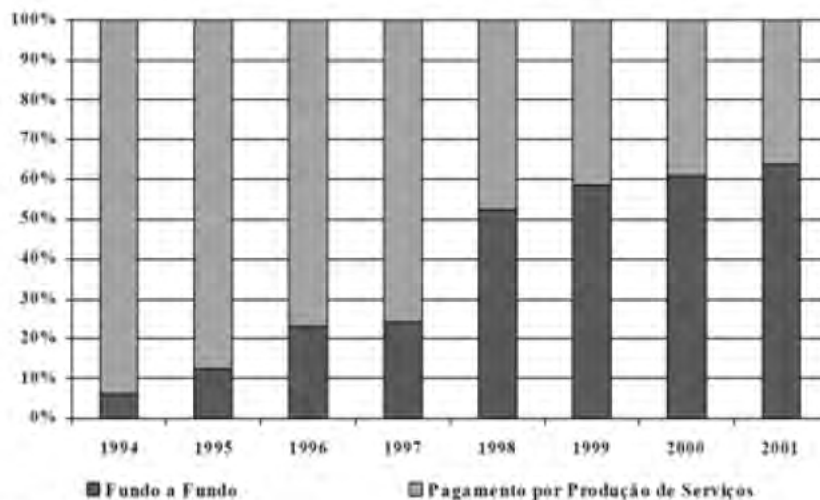
Em relação às Instituições Filantrópicas de Saúde, é INCORRETO afirmar que:

- A) são aquelas que atuam sem fins lucrativos;
- B) atendem a uma clientela composta por grupos sem capacidade de pagar pelos serviços;
- C) têm vantagens competitivas com as isenções fiscais;
- D) seu atendimento majoritário é para o SUS;
- E) a maioria dos hospitais/leitos localiza-se em grandes centros.

QUESTÃO 82

Observando o gráfico abaixo, relativo à transferência de recursos para o custeio da assistência, é possível afirmar que:

Percentual de Recursos Federais para o Custeio da Assistência, segundo Modalidade do Pagamento - Brasil, 1994 a 2001*



Fonte: SAS/MS

*Janeiro a Novembro 2001

Fonte: Ministério da Saúde

- A) a evolução do financiamento do SUS no período assinalado foi determinada por decisões políticas que tinham como objetivo diminuir a dependência dos municípios em relação ao Ministério da Saúde;
- B) as mudanças observadas têm relação direta com a implantação de políticas neoliberais do período em destaque;
- C) o financiamento foi alterado com base em transferências fixas do governo federal para os municípios que aderiram ao projeto de Atenção Básica do Governo Federal;
- D) houve uma transformação baseada na observação de que o financiamento não deveria estar fundamentado somente na prestação de serviços;
- E) o modelo de prestação de serviços deixou de existir em 2012.

QUESTÃO 83

“Ao final do período de vigência da NOB SUS 01/96, mais de 99% dos municípios brasileiros estavam habilitados a uma das condições de gestão da referida norma, sendo 89% em Gestão Plena da Atenção Básica e 10,1% em Gestão Plena do Sistema Municipal. A maior parte dessas habilitações ocorreu ainda em 1998, no primeiro ano de implantação da NOB/96. Entretanto, o percentual de municípios habilitados em cada uma dessas condições de gestão é bastante variável entre os estados, sugerindo a existência de diferentes ritmos e modelos de descentralização. Cabe lembrar que o processo de habilitação depende da iniciativa dos gestores subnacionais. Conforme já mencionado, os estados e municípios voluntariamente se submetem ao processo de habilitação, assumindo responsabilidades e fazendo jus ao repasse de recursos e responsabilidades a partir do cumprimento dos requisitos definidos nas Normas Operacionais.”

Levando-se em consideração as características da maioria dos municípios brasileiros, pode-se concluir, em relação ao descrito no texto, que:

- A) o processo de descentralização é um sucesso, baseado na adesão maciça dos municípios brasileiros;
- B) os municípios brasileiros são homogêneos e atendem aos requisitos definidos nas Normas Operacionais;
- C) a maioria dos municípios tem gestão plena a partir desse movimento de descentralização;
- D) existem grandes discrepâncias entre diferentes regiões, estados e municípios, e que a adesão descrita pode estar mais relacionada a aspectos políticos do que operacionais;
- E) 89% dos municípios brasileiros já têm um Programa de Saúde da Família em funcionamento pleno.

QUESTÃO 84

Em relação às redes assistenciais específicas, destaca-se o papel do gestor estadual na coordenação de três sistemas:

- A) alta complexidade, laboratórios de saúde pública e hemocentros;
- B) alta complexidade, assistência materno-infantil e assistência ao idoso;
- C) hemocentros, centros de diálise, policlínicas de saúde;
- D) emergências, assistência ao idoso, assistência materno-infantil;
- E) policlínicas de saúde, assistência ao idoso, assistência materno-infantil.

QUESTÃO 85

“O paradigma da municipalização autárquica significou um incentivo para a expansão dos serviços municipais de saúde, dado que o enfoque de gestão da oferta, implicitamente, passou a mensagem de que, para alcançar uma forma superior de gestão municipal se deveria instituir, no território municipal, o maior número de serviços de saúde possível. Esse incentivo implícito, na realidade federativa brasileira em que 75% dos municípios têm menos de 20 mil habitantes, levou a uma extrema fragmentação dos serviços de saúde, do que decorreram significativas deseconomias de escala e de escopo e, como consequência, baixa qualidade dos serviços ofertados.”

Uma das principais estratégias de enfrentamento dessas dificuldades é expressa pela:

- A) capacitação de recursos humanos em cada município, de acordo com as demandas pactuadas pelas respectivas Secretarias Estaduais de Saúde;
- B) transferência de recursos fundo a fundo;
- C) transformação intrínseca do Programa de Saúde da Família num sistema que deixa de demandar a prestação de serviços de saúde em unidades hospitalares;
- D) intervenção federal nos municípios que não têm indicadores de qualidade de acordo com o Pacto pela Vida;
- E) regionalização cooperativa.

QUESTÃO 86

A Comissão Nacional de Determinantes Sociais em Saúde foi estabelecida em 13 de março de 2006, através de Decreto Presidencial,.....

.....O Decreto Presidencial que criou a CNDSS constituiu também um Grupo de Trabalho Intersetorial, integrado por diversos ministérios relacionados com os DSS, além dos Conselhos Nacionais de Secretários Estaduais e Municipais de Saúde (CONASS e CONASEMS).....

O trabalho articulado da CNDSS com esse Grupo permite que se multipliquem ações integradas entre as diversas esferas da Administração Pública e que as já existentes ganhem maior coerência e efetividade.

Três compromissos vêm orientando a atuação da Comissão:

- A) com a ação, com a equidade, com a evidência;
- B) com a justiça, com a responsabilidade fiscal, com a equidade;
- C) com a integralidade, com a justiça social, com a evidência;
- D) com a ação, com a equidade, com a responsabilidade fiscal;
- E) com a humanização, com a justiça social, com a responsabilidade fiscal.

QUESTÃO 87

Abaixo estão relacionados os dados de acidentes de trabalho em segurados da Previdência Social nas diferentes regiões brasileiras, por mil trabalhadores (fonte: MPAS/Coordenação Geral de Estatística e Atuária - CGEA/DATAPREV)

Ano	2004	2005	2006	2007	2008
Norte	17,33	16,26	16,32	15,29	13,94
Nordeste	11,07	11,42	11,85	11	10,56
Sudeste	18,83	19,15	19,3	18,05	17,83
Sul	22,11	21,95	21,52	19,54	19,09
Centro-oeste	15,9	15,75	16,3	16,43	15,83
Total	18,01	18,12	18,2	16,96	16,56

De acordo com esses dados, é possível concluir que:

- A) houve uma queda significativa dos acidentes de trabalho no Brasil;
- B) a região Sul é a mais perigosa para os trabalhadores;
- C) a média apresentada revela com precisão a situação nas regiões;
- D) existe um registro exagerado de acidentes inexpressivos;
- E) é necessário explorar adicionalmente as diferenças regionais para se obter uma conclusão.

QUESTÃO 88

O lema da Reforma Sanitária brasileira é:

- A) Saúde é Vital;
- B) Saúde é Direito de Todos e Dever do Estado;
- C) Saúde é o que Interessa;
- D) Saúde é Democracia;
- E) Saúde é Vida.

QUESTÃO 89

Dentro da organização da Política Nacional de Urgência e Emergência há o chamado “componente pré-hospitalar fixo”, composto por:

- A) Tendas de hidratação;
- B) Programa de Saúde da Família;
- C) SAMU;
- D) Emergências de pequenos hospitais;
- E) Salvamento e Resgate.

QUESTÃO 90

“Valorizar os diferentes sujeitos, fomentar a autonomia, grau de corresponsabilidade, interação com as demandas sociais, compromisso com a ambiência, reconhecimento da diversidade do povo brasileiro” são alguns dos tópicos do programa:

- A) Pacto pela Vida;
- B) Pacto pela Saúde;
- C) Saúde é Para Todos;
- D) Humaniza SUS;
- E) de Saúde da Família.

QUESTÃO 91

Considere a tabela abaixo:

Tabela 4: Dez principais fatores de risco para mortalidade atribuível nos países do Grupo B da América Latina e Caribe

FATOR DE RISCO	MORTALIDADE PROPORCIONAL (%)
Pressão arterial	12,8
Sobrepeso	10,1
Alcool	9,5
Tabaco	8,5
Colesterol	6,5
Baixa ingestão de frutas, legumes e verduras	5,4
Sedentarismo	4,1
Sexo não protegido	1,9
Saneamento	1,2
Poliuição do ar	1,2
Total da mortalidade atribuível	61,2

Fonte: Banco Mundial ¹⁹⁹⁹

Fica clara para o Gestor em Saúde a necessidade de intervenção em:

- A) Política Nacional de Urgência e Emergência;
- B) Regionalização e Hierarquização;
- C) Política Nacional de Medicamentos;
- D) Pacto Interfederativo;
- E) Promoção à Saúde.

QUESTÃO 92

O principal desafio da Vigilância em Saúde hoje é:

- A) definir a demanda de incorporação tecnológica;
- B) formular diretrizes clínicas;
- C) sua implantação na Atenção Básica;
- D) sua integração continental para conter pandemias;
- E) a formação de recursos humanos em nível terciário.

QUESTÃO 93

O controle da neoplasia maligna do colo uterino faz parte do Pacto pela Vida. A mortalidade deverá ser reduzida mais efetivamente em curto prazo com:

- A) aumento da capacidade instalada hospitalar;
- B) promoção de saúde;
- C) diagnóstico precoce;
- D) aumento da capacidade instalada de laboratórios especializados;
- E) vacinação para HPV.

QUESTÃO 94

Em campanhas de vacinação para a influenza, a novidade dos últimos anos foi:

- A) cobertura universal da população;
- B) vacinação de gestantes;
- C) novas vacinas desenvolvidas a partir da última pandemia;
- D) vacinação de idosos;
- E) vacinação de portadores de doenças crônicas.

QUESTÃO 95

Uma atividade típica da Estatística Inferencial é:

- A) calcular taxas;
- B) descrever dados em tabelas;
- C) definir índices;
- D) estimar tamanho amostral;
- E) estabelecer hipóteses.

QUESTÃO 96

A notificação compulsória da doença de Chagas é:

- A) inexistente na lista de agravos;
- B) dependente do estado federativo;
- C) indispensável para todos os casos;
- D) obrigatória após o diagnóstico;
- E) obrigatória na suspeita de doença de Chagas aguda.

QUESTÃO 97

Uma medida da qualidade do cuidado em insuficiência cardíaca pode ser o tempo observado antes de uma internação hospitalar. Esse tipo de estudo depende de:

- A) regressão logística;
- B) análise envoltória de dados;
- C) programação linear;
- D) análise de sobrevivência;
- E) redes neurais.

QUESTÃO 98

A explicação correta é:

- A) Eficiência é atender mais com mais recursos;
- B) Eficácia de uma intervenção representa a melhora da saúde na vida real;
- C) Efetividade é o resultado de uma intervenção na prática do sistema de saúde;
- D) Eficácia é uma característica de qualidade de vida;
- E) Eficiência independe de incorporações tecnológicas.

QUESTÃO 99

“Na perspectiva de superar as dificuldades de consolidação do SUS e qualificar os avanços organizativos obtidos com o processo de descentralização, reafirmando os princípios do ideário da Reforma Sanitária Brasileira... os gestores das três esferas do sistema assumiram o compromisso público da construção do PACTO PELA SAÚDE 2006, expresso nas Portarias no 399, de 22 de fevereiro de 2006, e no 699, de 30 de março de 2006”.

O Pacto apresenta as seguintes dimensões:

- A) Pacto pela Vida, Pacto pela Atenção Básica, Pacto Social;
- B) Pacto Social, Pacto pela Vida, Pacto Interfederativo;
- C) Pacto pela Vida, Pacto Interfederativo, Pacto Regional;
- D) Pacto pela Vida, Pacto em Defesa do SUS, Pacto de Gestão;
- E) Pacto pela Vida, Pacto pela Atenção Básica, Pacto Interfederativo.

QUESTÃO 100

Para aprovação do Termo de Compromisso de Gestão Municipal:

- A) o primeiro passo é a aprovação no Conselho de Saúde;
- B) o primeiro passo é a pactuação na Comissão Bipartite;
- C) a Secretaria Estadual de Saúde não é necessária;
- D) o primeiro passo é a homologação na Comissão Tripartite;
- E) segundo as normas de descentralização, o Ministério da Saúde não é envolvido.

ESPAÇO PARA MARCAÇÃO DAS SUAS RESPOSTAS

1		11		21		31		41		51		61		71		81		91	
2		12		22		32		42		52		62		72		82		92	
3		13		23		33		43		53		63		73		83		93	
4		14		24		34		44		54		64		74		84		94	
5		15		25		35		45		55		65		75		85		95	
6		16		26		36		46		56		66		76		86		96	
7		17		27		37		47		57		67		77		87		97	
8		18		28		38		48		58		68		78		88		98	
9		19		29		39		49		59		69		79		89		99	
10		20		30		40		50		60		70		80		90		100	

Analista de Controle Externo
Área de Controle Externo - Administração em Saúde
Tribunal De Contas do Estado do Rio de Janeiro

ATENÇÃO - Transcreva a frase a seguir para a área definida na sua Folha de Respostas:

O TCE é órgão constitucionalmente autônomo.

ORIENTAÇÕES AO CANDIDATO

VERIFICAÇÕES:

1. Verifique se você recebeu o Caderno de Questões e a Folha de Respostas. Verifique ainda se o gabarito do Caderno de Questões corresponde ao da Folha de Respostas.
2. Confira seus dados pessoais, em especial o seu nome, o número de inscrição e o número de seu documento de identidade.
3. Verifique ainda se no seu Caderno de Questões estão impressas as 100 questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) opções (A,B,C,D,E), e se a numeração está distribuída de acordo com o Edital:

01 a 20 - Língua Portuguesa; de 21 a 30 - Noções de Direito; de 31 a 35 - Controle Externo; 36 a 40 - Legislação Básica; 41 a 100 Conhecimentos Específicos.

4. Qualquer divergência ou dúvida do candidato deverá ser encaminhada ao Fiscal de Sala, imediatamente. Não serão aceitas reclamações posteriores.

PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS

1. O candidato deverá transcrever as respostas das questões das provas objetivas para a Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento será de inteira responsabilidade do candidato, que, para obter pontuação em cada questão, deverá marcar uma, e somente uma, das alternativas de resposta correspondente a cada questão.
2. A marcação da Folha de Respostas deverá ser feita cobrindo fortemente, com caneta esferográfica indelével, de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada. Não será permitido o uso de corretor ou caneta fluorescente.
3. Será atribuída nota zero às questões assinaladas com falta de nitidez, com mais de uma alternativa, com rasura, emenda, preenchimento parcial do campo de respostas, não assinaladas e demais casos previstos no Edital do concurso.
4. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da Folha de Respostas.
5. A Folha de Respostas não será substituída em hipótese alguma por erro do candidato. A Folha de Respostas não deverá ser amassada, dobrada, rasgada, manchada ou sofrer qualquer tipo de dano que prejudique a correção da mesma.
6. O candidato é responsável pela assinatura e preenchimento do campo destinado ao Exame Grafotécnico na Folha de Respostas.

DURAÇÃO DA PROVA

1. A prova terá duração de 5 (cinco) horas improrrogáveis, incluindo o tempo de marcação para preenchimento da Folha de Respostas e a transcrição da redação para o verso da Folha de Respostas. Será eliminado o candidato que não devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas, dentro desse prazo.
2. A saída de candidatos do local de prova só será permitida após 60 minutos do seu início efetivo.

DURANTE A PROVA

1. Após identificado e instalado na sala, o candidato não poderá comunicar-se com outros candidatos ou com qualquer pessoa estranha ao concurso.
2. Não será permitido nenhum tipo de consulta a qualquer material, bem como o uso de quaisquer equipamentos eletrônicos, especialmente os de recepção e/ou transmissão de voz ou de dados, os quais deverão ser entregues à equipe de fiscalização, para serem devolvidos ao término da prova.
3. Por motivo de segurança, durante a prova só será permitido fazer anotações no Caderno de Questões, bem como copiar os seus assinalamentos, na área reservada para este fim, no próprio Caderno de Questões. Somente esta parte poderá ser destacada e levada pelo candidato.

AO TÉRMINO DA PROVA

1. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine a prova.
2. Entregue ao Fiscal de sala o seu Caderno de Questões e a Folha de Respostas, não sendo permitido em hipótese alguma levar o Caderno de Questões.

SERÁ ELIMINADO DO CONCURSO O CANDIDATO QUE DESRESPEITAR A EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO OU QUALQUER DAS NORMAS ESTABELECIDAS.